

mortos, como educa ela? Faz crescer ou infantiliza – ou ambas as coisas? Virtudes e limitações dos modelos e políticas de reinserção social de menores infractores são, no exercício de esquadrihar um dos seus centros mais emblemáticos, equacionadas e discutidas.

No Capítulo VII – «A defesa institucional» – as suas constatações convergem com as de outros autores que sublinham exactamente o mesmo em relação às instituições carcerárias para adultos: uma certa desistência do projecto Moderno que as fez nascer como instituições para a «regeneração» dos indivíduos, aspirando agora modestamente a manter a sua ordem interna, o que relevaria duma «lógica manageralista de gestão» que tem vindo a invadir os dispositivos de controle social em geral. Dedica-se depois a esquadrihar a defesa institucional em acção, na forma como os sistemas de regras vigiam e coagem mais em função do controle dos corpos e da prevenção das desordens do que de qualquer estratégia observacional que se ordene a intencionalidades psicológicas ou educativas; analisa as fronteiras entre o proibido e o permitido, que geram «zonas de oportunidade mínima» por onde respiram as pequenas transgressões e os desejos mais escondidos dos educandos. Relevância para todo o jogo de interditos, de complicitades e de malabarismos em torno do... tabaco!, mostrando como se agigantam numa instituição total coisas que cá fora são irrisórias.

A etnografia conduzida no CESA acede a um nível de análise que diríamos próximo, nalgumas passagens, da psicossociologia das organizações: análise das hierarquias, dos regulamentos, da cadeia de comando, da gestão burocrática, da resolução de conflitos, da rela-

ção internados-pessoal de vigilância e técnico, relação entre subsistemas internos como o da escola ou o das duas unidades que enquadram os adolescentes, a fechada e a semi-aberta... *Entre Educativo e Penitenciário* recusa a atmosfera contemplativa de alguns trabalhos etnográficos, que se comprazem na revelação intimista de mundos sociais que o investigador quer intocados e intocáveis, e assume uma componente crítica tanto da educação neste contexto específico como das políticas de reinserção.

Uma palavra final para a abertura que a Direcção Geral de Reinserção Social e a direcção do CESA revelaram, ao acolher sem reservas um investigador das ciências sociais e humanas no interior dum dos seus estabelecimentos. Franquear as portas do CESA foi aceitar o jogo da construção do conhecimento, numa parceria com a Universidade, que só pode ser vantajosa para ambos os lados. A imagem que resulta da fina textura descritiva aqui trazida por Tiago Neves ajuda à transparência de mundos organizacionais frequentemente acusados de fechados e concentracionários. *Entre Educativo e Penitenciário* não cai na tentação de diabolizar o reformatório juvenil, como é típico tantas vezes dos retratos da comunicação social, não é uma crítica feita de lugares comuns às políticas educativas, ao dispositivo de menores ou a essas figuras mais ou menos furtivas que diluímos em palavras como Estado ou Poder. É, sim, uma análise próxima, realista e humanizada dum terreno educativo muito específico, que traz contributos para o pensar e transformar.

Luís Fernandes

Juventudes e inserção profissional

Alves, Natália (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Educa/UI&DCE.

Natália Alves, professora na FPCEUL e investigadora na Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa tem desenvolvido o seu traba-

lho no campo da Sociologia da Educação e da Formação de Adultos, com várias publicações como autora e co-autora. A obra que neste lugar se apresenta consti-

tui, como refere a autora na Introdução, «o quadro conceptual que serviu de suporte à investigação empírica, realizada com vista à obtenção do grau de doutora em Ciências da Educação». Pressente-se esse propósito na obra, não apenas pela sua natureza detalhada e de aprofundamento teórico, como pela espera em antecâmara dos dados empíricos que estabelecem diálogo com esta parte. O principal objectivo da autora com esta obra é, deste modo, «contribuir para uma reflexão teoricamente sustentada sobre a inserção profissional de jovens». Sendo a linha de força estruturante a relação entre o mundo da educação e o mundo do trabalho, procura contribuir para uma compreensão mais aprofundada e detalhada dos processos de inserção profissional e da definição do próprio conceito enquanto produto socio-histórico e científico. Aliás, a frase de abertura da Introdução é clara quanto à questão principal que atravessa a obra e define a intencionalidade da autora: «Os jovens vivem, actualmente, uma situação verdadeiramente paradoxal: se, por um lado, nunca, como no momento presente, a população juvenil foi detentora de níveis de qualificação académica tão elevados e teve ao seu alcance um leque tão diversificado de oportunidades sociais; por outro, nunca, como nas últimas décadas, se viu obrigada a lidar com a complexidade crescente dos processos de transição para a vida activa, em particular, e para a vida adulta, em geral».

Este trabalho é revelador de um *corpus* de conhecimento consolidado e diversificado, fazendo dialogar autores/as relevantes do campo das Ciências da Educação, da Sociologia da Educação e da Juventude.

Aspectos históricos, sociais e educativos são planos cruciais onde a discussão assenta. Sendo esta obra uma parte do trabalho desenvolvido no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação, o atravessamento da educação no debate que se vai propondo é a referência de sentido em que o *vai-vém* do raciocínio se estrutura. A educação é convocada como dimensão social onde o processo de construção da Juventude vai sendo trabalhado, mas também como dimensão que permite chamar a atenção para as estruturas das oportu-

nidades que regulam as passagens juvenis e as escolas. O tempo da escola é apresentado como o tempo do investimento de grupos sociais específicos (burguesia e aristocracia) (e também de um género específico, os rapazes, embora a autora não o refira). É a partir da autonomia da escola enquanto espaço que se força a separação entre o espaço familiar e o do trabalho, criando outras categorias e outras identidades. Neste âmbito, a autora recorre a clássicos da Sociologia da Educação, como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Sérgio Grácio, mostrando a actualidade de discussões já antigas: a reprodução das desigualdades sociais a partir da escola ainda que esta continue a ser entendida como um «veículo para a mobilidade». A sua visão crítica sobre a educação, enquanto bem social, fica clarificada quando desenvolve uma crítica ao carácter instrumental da educação.

Este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos principais, para além de uma Introdução onde esclarece o foco, a intencionalidade e a organização da obra, e de uma Conclusão onde se destacam as linhas de força naquela presentes.

No primeiro capítulo, intitulado «A construção da juventude», a autora centra-se na construção socio-histórica e sociológica da juventude, destacando as contradições e paradoxos que têm vindo a estruturar o olhar científico em torno deste grupo, mencionando-se outros discursos, como os dos *media*, que têm contribuído fortemente para a produção das juventudes ocidentais. O recurso a autores como Philippe Ariès, Olivier Galland, François Dubet, Paul Willis, Furlong e Cartmel, Roberts ou Ronald MacDonald e, no caso português, Machado Pais e Sedas Nunes auxilia a autora na compreensão do processo de «invenção» da juventude moderna, que «quer concebida como fase da vida, quer como experiência juvenil, é um produto da modernidade».

Este capítulo parece funcionar como a plataforma prévia para as discussões que aparecem nos capítulos seguintes, na medida em que destaca de imediato o carácter paradoxal de muitas das questões que foram

ajudando a construir uma certa ideia de juventude desde meados do século XX: a juventude enquanto problema e vítima, ou perigosa e em perigo.

O segundo capítulo, «Inserção profissional: do “problema social” ao problema sociológico», é uma parte mais original e que desbrava percursos de análise em torno dos novos significados da inserção profissional, fazendo uma triangulação entre a inserção profissional, construção teórica e medidas políticas tomadas para questões levantadas a partir do papel do trabalho e do emprego na construção de identidades socioprofissionais, na manutenção da coesão social, especialmente em períodos de contracção económica que acarretam sempre rumores de «inquietações sociais».

É colocando a questão do desemprego, fenómeno que toma a inserção profissional um problema social, que a autora termina este capítulo e inicia o seguinte: «Inserção profissional e emprego». Este é o espaço de análise comparativa de medidas tomadas em diversos países europeus com a finalidade de diminuir o desemprego juvenil. Este trabalho não é apenas, como refere a autora, de inventariação, mas de interpretação, procurando extrair os conceitos de juventude subjacentes a essas medidas, dando-se igualmente relevância à identificação do que conta na discussão, académica e social, em torno da inserção profissional.

O último capítulo, «Juventudes universitárias e inserção profissional», procura clarificar transformações que têm atravessado o ensino superior, destacando-se a feminilização, a massificação e a heterogeneidade das experiências. Estas mudanças, como acentua Natália Alves, têm provocado algumas mudanças na organização não só estrutural, mas igualmente dos quotidianos universitários, aos quais a sala de aula não escapa. Procura a autora destacar aqui o modo como tem decorrido a inserção profissional de jovens diplomados do ensino superior. Propondo leituras atentas sobre as taxas de insucesso e de abandono, a autora desconfiou a ideia comum de que a universidade se tornou uma universidade de massas, denunciando a dificuldade existente na democratização do ensino superior.

O aumento das preocupações políticas e sociais em torno da inserção profissional, sublinhada ao longo de todo o estudo, principalmente nas referências a preocupações e esforços de todos os países na Europa em implementar políticas que «se destinam a facilitar a inserção profissional da população juvenil», convive com o facto de ser um domínio com frágeis esclarecimentos ao nível dos significados científicos.

A inserção profissional, que compreende quer a integração profissional, social, cívica e simbólica, quer a inclusão, tem causado divergências ao nível dos seus sentidos científicos e torna-se um «problema social novo» a partir do momento em que a taxa de desemprego se alastra a uma diversidade de grupos juvenis que experimentam a degradação nas condições de empregabilidade, o aumento da exploração e da exclusão, reconhecendo-se que a passagem pelo mundo do trabalho continua a ser um factor de integração social, principalmente em grupos sociais mais desfavorecidos. De acordo com Natália Alves, a inserção profissional é a figura que se impõe quando o espaço da família, da escola e do trabalho se encontram «formal e simbolicamente separados», definindo-se a inserção profissional como o momento em que ocorre a «articulação entre formação inicial e emprego».

As preocupações deste trabalho destacam-se pela actualidade política e social num tempo marcado pelo forte desemprego, mesmo entre aqueles/as que são detentores/as de um diploma, gerando preocupações junto da classe política, das famílias e dos/as jovens que se encontram cada vez mais encurralados no processo de se tornarem adultos/as.

Uma linha de força no argumento da autora, o fim da linearidade nas trajectórias juvenis e, particularmente, na transição da escola para o mundo do trabalho, pode levar-nos mesmo a considerar que este modelo «tradicional» de transição *impede* a sociedade e os/as cientistas sociais de detectarem, analisarem e descreverem outros modos de transição que provavelmente sempre existiram, mas que sempre foram mais invisíveis. Como refere a autora, e no que diz respeito à inserção profissional, continuam a ser ignoradas as

pecificidades de todos os processos não institucio-
 nizados de inserção profissional, sendo crucial, neste
 conta, o diálogo entre abordagens macro-estrutu-
 da transição e outras abordagens mais centradas
 indivíduos.

Fazendo eco do trabalho de vários autores, como
 François Dubet ou Ulrich Beck, a autora transfere para
 campo da inserção profissional questões centrais
 como o poder e o valor de discursos em torno da res-
 ponsabilidade individual de cada um/a e da capaci-
 dade que cada indivíduo deve ter para encarar as dife-
 rentes mutações com flexibilidade. No entanto, é quase
 um registo de solidão que o sujeito é intimado a pro-
 curar de si um projecto sem referências familiares e em
 contextos de muito maior precariedade, enfrentando a
 pressão a expectativas. É quando as expectativas são
 não alcançadas e os/as jovens percebem que não é através da
 permanência na escola que garantem um emprego,
 e muitos/as jovens entram num processo de auto-
 exclusão ou numa relação ausente de sentido com a
 escola. No entanto, como reforça a autora baseada em
 estudos realizados em vários países europeus, o
 diploma é o factor que maior diferenciação produz na
 inserção profissional, sendo aquele que mais vantagens
 oferece nesse processo.

Esta situação significa, como a autora procura mos-
 trar no capítulo intitulado «Juventudes universitárias e
 inserção profissional», que a expansão do ensino supe-
 rior não se traduz num aumento da igualdade de opor-
 tунidades e numa diminuição das desigualdades, mas
 sobretudo significa uma perpetuação das desigualdades
 entre os/as herdeiros/as e os/as não herdeiros/as que
 ocorrem separadamente trajectórias paralelas que tra-
 zem real e simbolicamente diferenças e desigualda-
 des profundas. Como refere a autora, apoiando-se em
 Bourdieu e Passeron, o «aumento do número de estu-
 dantes traz consigo um alargamento da base social de
 recrutamento e uma diminuição das desigualdades. No
 entanto, o acesso a este grau de ensino continua a ser
 limitado, em muitos países, por uma elevada selectivi-
 dade social». Deste modo, sugere-se que a universidade
 continua a ser interpelada no que diz respeito à igualdade

de oportunidades de acesso e de sucesso, reconhe-
 cendo-se que a experiência universitária enquanto
 estudante e enquanto jovem é atravessada por ques-
 tões que já se haviam sentido em outros níveis de
 ensino: o *habitus* herdado e o capital cultural.

Deste modo, a questão das desigualdades não
 pode ser apenas analisada tendo em consideração o
 acesso garantido, mas a forma como se acede, como
 se vive e se reverte a experiência educativa do ensino
 superior e de como ela se traduz num futuro. Assim,
 num tempo em que, como refere a autora, se assiste
 quer a um prolongamento da escolaridade, quer a um
 aumento da procura de educação, a selecção social e a
 reprodução social no ensino superior é uma realidade
 vinculada. A democracia vive, deste modo, de um clima
 de optimismo e de pessimismo no que se refere à
 crença no sistema educativo. Se a relação entre
 diploma e emprego fica menos óbvia e mais frágil, a
 autora discute, colocando ênfase no peso da pertença
 a um grupo social, o modo como esta situação sai
 reforçada em grupos sociais desfavorecidos. Muitas das
 medidas tomadas acentuam estigmas, como o caso
 referido pela autora da criação das «fileiras profissio-
 nalizantes». Estas medidas são, como refere Natália Alves,
 indicadores de um sentido de educação que se desloca
 da preocupação com a igualdade de oportunidades de
 sucesso para a igualdade de oportunidades para se
 conseguir um emprego. É no espaço destas preocupa-
 ções que se pode discutir a questão da utilidade da
 educação que passa a ser equacionada não apenas
 enquanto um bem ou um valor em si mesma, mas
 pelos efeitos visíveis no mercado da oferta e da pro-
 cura de empregos.

A autora coloca neste aspecto a tónica nas lógicas
 de aumento de produtividade que assentam num assu-
 mido discurso de flexibilidade que, acima de tudo, sig-
 nificam mais precariedade, frágeis vínculos contratuais,
 contratação de mão-de-obra juvenil barata e uma
 maior desprotecção dos/as trabalhadores/as. Linha de
 força em toda a obra, a questão do individualismo é
 crucial para se compreender o modo como os indiví-
 duos são responsabilizados pelos seus percursos e

escolhas, tanto em termos educativos, como em termos de trabalho, quando na realidade existem segmentos de decisão que fogem ao seu controlo.

Esta obra não fica circunscrita à realidade portuguesa. A comparação com outras realidades europeias, a partir de autores/as e estudos em larga escala realizados, é um elemento chave em todo o argumento, mostrando aproximações e distâncias entre o caso português e principalmente os casos da Grã-Bretanha e da França e que não sendo em tudo paralelos são pontuadores da análise da realidade portuguesa.

A juventude que se avista através desta obra é, e nas palavras da própria autora referindo-se a A. S. Pascual, uma «juventude deficitária», estando em falta em várias esferas. Esta noção de juventude desculpabiliza esferas de poder de decisão e empresários/as assentes em modelos que apostam em mão-de-obra juvenil propensa a uma maior precariedade, e torna os/as jovens cada vez mais são responsabilizados pelas suas trajectórias.

Neste trabalho, apesar da ênfase na questão da diversidade das juventudes, as raparigas aparecem quase totalmente subsumidas na discussão realizada através do recurso ao masculino universal neutro. As raparigas aparecem explicitamente referidas no último capítulo, onde se faz referência a uma massificação do ensino superior e que resulta sobretudo de uma feminização, mas que na nossa opinião necessitaria de uma outra profundidade. Num contexto social e académico

que tem vindo a assinalar o crescente insucesso educativo dos rapazes na escola, pouco se tem reflectido sobre os efeitos do visível sucesso das raparigas na escola, nomeadamente ao nível do emprego. Parece-nos que no âmbito de uma discussão em torno das questões da inserção profissional a dimensão de género é relevante para se compreenderem de forma ajustada as questões da igualdade de oportunidades no acesso, no sucesso educativo e sua real tradução nas oportunidades de emprego à saída da escola. Se o masculino universal neutro não serve para tratar as questões das desigualdades ao nível dos percursos educativos de rapazes e de raparigas, também é pouco útil para se reflectir sobre a inserção profissional.

Esta obra ganha outras pertinências num contexto de transformação na organização das ofertas formativas no ensino superior devido à adesão ao Processo de Bolonha e que podem originar ainda mais acentuados abismos entre jovens que sabem driblar por entre as lógicas da autonomia, da flexibilidade e da transferência e aqueles/as que continuam a ser os/as perdedores nestes processos. Falta-nos, contudo, nesta leitura o acesso entremeado à discussão com os resultados empíricos. Fica, então, aguçado o interesse em conhecer o diálogo realizado entre os dados empíricos e a reflexão teórica que aqui se propõe.

Sofia Marques da Silva